

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ISAAC PEREIRA SILVA**

**MEMÓRIAS DO MOVIMENTO DOS INDÍGENAS NÃO ALDEADOS DO  
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA (MInA):  
Populações indígenas ressurgentes de Uberlândia e região**

**UBERLÂNDIA**

**2025**

ISAAC PEREIRA SILVA

**MEMÓRIAS DO MOVIMENTO DOS INDÍGENAS NÃO ALDEADOS DO  
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA (MInA):  
Populações indígenas ressurgentes de Uberlândia e região**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Instituto de Ciências Sociais da Universidade  
Federal de Uberlândia como requisito parcial para  
obtenção do título de bacharel e licenciando em  
Ciências Sociais. Orientador:

Prof. Dr. Marcel Mano

**UBERLÂNDIA**

**2025**

ISAAC PEREIRA SILVA

**MEMÓRIAS DO MOVIMENTO DOS INDÍGENAS NÃO ALDEADOS  
DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA( MInA)  
Populações indígenas ressurgentes de Uberlândia e região**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Instituto de Ciências Sociais da Universidade  
Federal de Uberlândia como requisito parcial  
para obtenção do título de licenciando e bacharel  
em Ciências Sociais.

Uberlândia , 05 de setembro de 2025

---

Prof. Dr. Marcel Mano – Universidade Federal de Uberlândia e Universidad Pablo de Olavide

---

Prof. Dra. Valéria Cristina de Paula Martins - Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof. Dr. Robson Antonio Rodrigues – Fundação Araporã e Museu de Antropologia e Arqueologia  
MAnA- UFU

---

Prof. Dr. Robert Mori – Escola Estadual Rotary Brasil e Grupo de Estudos e Pesquisas em  
Arqueologia , Etnologia e História Indígena

*“Em um lugar de uma memória esquecida, queremos passagem livre por um caminho alimentado de um dia-dia com sonho, esperança e força de um coração gigante, força de guerreiros, de bravos sobreviventes da história. Roubaram tudo de mim, roubaram o ouro, as matas, os rios, as terras, menos a minha esperança, o meu jeito de ser índia. O livro dos índios brasileiros ainda não foi escrito, pois esta é apenas a primeira página do diário de uma índia catando as pedras do seu caminho” (Cacica Kaun Poty Guarani)*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu pai Felisberto e minha mãe Maria Aparecida, em seus olhos, nos abraços, no cuidado, apoio e em suas falas encontro acalanto, e amor necessários à minha jornada. Gratidão por serem quem vocês são, vos amarei durante a eternidade e por esse pouco tempo que temos nessa Terra. A minha querida irmã Eduarda, hoje o que sou, se deve pelos seus ensinamentos, minha irmã e melhor amiga, estarei, também, ao seu lado até o dia que passarmos o grande rio ao longo da eternidade. Gratidão por serem o meu lar e minha maior fonte de inspiração.

A todas minhas segundas mães como: Benta Maria, Lourdes, Almira e Selma. Meus amores, mulheres incríveis que cuidaram e me formaram como pessoa. Ao grande espírito, aos meus guias, e toda ancestralidade que me acompanha nessa jornada da vida.

Aos meus amigos e primos de infância, em especial André, Gabriel, Eduardo, Pietro, Hugo, Dermes, Yuri, Fred, Danilo, Bruna, Neto, e aos meus irmãos Talisson e Oracim, quanta saudades eu sinto de vocês dois, ao partirem tão cedo, uma parte de mim foi junto. A rua que ainda resido me traz lembranças de uma infância linda ao lado de vocês.

Aos meus amigos e amigas de Universidade: Luquinha, Lia, Gustavo, Rafael, Felipe, Bruna, Ian, Thainá, Marina, Giovanna, e tantos outros e outras que estão presentes em minha memória e que foram fundamentais para prosseguir no curso. Meu muito obrigado por todas as aprendizagens compartilhadas.

A minha companheira Gabriela, por todo apoio, amor, carinho e paciência em minhas loucuras rsrs, é um prazer compartilhar a vida ao seu lado. Gratidão por todos os momentos.

A Cacica Kawany Tupinambá, minha liderança, por todos os ensinamentos e pela oportunidade de caminhar ao seu lado na construção da luta indígena em Uberlândia, após sete anos de luta ao seu lado, hoje sou Pajé pois você confiou em mim e em meu potencial, esse trabalho só é possível em razão de você, meu muito obrigado. Aos guerreiros e guerreiras essenciais à construção de nossa comunidade: Kuarasy, Itanatiara, Isadora, Juliana, Verônica, Márcio, Juarez, e por fim Poty, a anciã e liderança primordial do coletivo. Obrigado por confiarem em minhas forças espirituais, e pela força que vocês trazem para a firmeza.

Ao Instituto de Ciências Sociais, em especial ao meu orientador Marcel Mano, afirmo e repito minha admiração pela sua pessoa e pelo seu trabalho, meu muito obrigado por me acompanhar nessa jornada. Essa memória aqui contada também é parte de você.

## **RESUMO**

O tema do presente trabalho é a história do Movimento dos Indígenas não Aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MInA), e seu objeto é trazer à tona a trajetória de resistência das Cacicas Kaun Poty Guarany e Kawany Tupinambá, além de outras lideranças que marcaram a luta indígena em contexto urbano na cidade de Uberlândia e região. A partir da minha inserção na comunidade em 2019, busquei reunir e descrever as memórias de lutas de um coletivo marcado por estar à margem, mas que há 19 anos, desde 2006, ano de sua criação, resiste. A metodologia utilizada foi a qualitativa, com ênfase na história oral, no levantamento de documentos históricos, e na análise de documentos acadêmicos que abordam a presença indígena na região, além da utilização da etnografia em casa, pelo fato de estar inserido no coletivo. A pesquisa foca na invisibilização histórica dos povos indígenas em contextos urbanos, considerados por muitos como “misturados” e, por isso, frequentemente deslegitimados em sua identidade étnica; assim como os desafios, objetivos e conquistas do MInA, além da memória de alguns integrantes da comunidade que foram personagens essenciais em sua construção. Ao longo do trabalho, saliento a importância da memória, do autorreconhecimento e da espiritualidade na reconstrução coletiva das raízes indígenas nas cidades. Portanto, esta é uma tentativa de honrar as histórias concebidas e de fortalecer a continuidade de uma luta que não começou comigo, mas que eu estou a construí-la junto com meus parentes.

**Palavras-chave:** Indígenas em contexto urbano; Memórias; História; Triângulo Mineiro

## **ABSTRACT**

The theme of this work is the history of the Movement of Non-Villaged Indigenous Peoples of the Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba (MInA), and its aim is to highlight the trajectory of resistance of the female chiefs Kaun Poty Guarany and Kawany Tupinambá, as well as other leaders who shaped the Indigenous struggle in the urban context of the city of Uberlândia and its surrounding region. Since my involvement with the community in 2019, I have sought to collect and describe the memories of struggles of a collective marked by marginalization, but which, for 19 years—since its creation in 2006—has resisted. The methodology employed was qualitative, with emphasis on oral history, the gathering of historical documents, and the analysis of academic works addressing the Indigenous presence in the region. The research focuses on the historical invisibilization of Indigenous peoples in urban contexts, often considered by many as “mixed” and, therefore, frequently delegitimized in their ethnic identity; as well as the challenges, goals, and achievements of MInA, in addition to the memories of some community members who were essential figures in its construction. Throughout the work, I highlight the importance of memory, self-recognition, and spirituality in the collective reconstruction of Indigenous roots within cities. Therefore, this is an attempt to honor the stories that have been forged and to strengthen the continuity of a struggle that did not begin with me, but one that I am building together with my relatives.

**Keywords:** Indigenous peoples in urban contexts; Memories; History; Triângulo Mineiro

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>11</b>
<b>3</b>	<b>HISTÓRIA DO MOVIMENTO DOS INDIGENAS NÃO ALDEADOS DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA (MInA) .....</b>	<b>11</b>
	<b>3.1 Criação do MInA, “índios misturados” e etnicidades ressurgentes .....</b>	<b>15</b>
	<b>3.2 MInA de 2006 a 2017.....</b>	<b>19</b>
	<b>3.3 Kawany Tupinambá, contemporaneidade e rizomas .....</b>	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>MEMÓRIAS.....</b>	<b>32</b>
	<b>4.1 Henrique Terena .....</b>	<b>32</b>
	<b>4.2 Maria Cândia Tupinambá .....</b>	<b>33</b>
	<b>4.3 Kaun Poty Guarany .....</b>	<b>34</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS .....</b>	<b>38</b>
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>38</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A epígrafe usada neste trabalho é parte da bibliografia de poemas escritos pela Cacica Kaun Poty Guarany, nome de registro Maria Virginita de Oliveira, antiga liderança do Movimento dos Indígenas não Aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MInA). O trecho encontra-se registrado na capa do verso de um DVD raro, um documentário de título: “Do imaginário de 1500 a 2006: Povos de coração gigante e alma serena”<sup>1</sup>, que não é possível de ser acessado em estantes de locadoras ou em catálogos de streamings. Além disso, sua raridade provém da transmissão de uma profunda mensagem destinada a uma região que dizia não haver a presença dos povos indígenas na sua construção histórica; ou quando muito, de indígenas que existiram no passado, e cuja historiografia tradicional oitocentista e novecentista, advinda dos memorialistas clássicos da região, fez questão de enterrar.

Poty, ao iniciar sua frase com “memória esquecida”, questiona justamente essa velha história da etnologia brasileira do indígena aculturado, integrado à sociedade civil, e passível de extinção (RIBEIRO, 1970); e ao terminar o trecho com “bravos sobreviventes da história” ela coloca em dúvida os resultados históricos dos regimes de alteridades (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016) produzidos pelo contato até o final do século XX, ou seja, até o momento da Constituição de 1988 que pôs fim ao regime tutelar dos povos indígenas no Brasil, e assegurou a garantia de outros direitos. Sua frase há de ser ainda mais simbólica ao pensarmos em uma mulher sem títulos institucionais ou formação acadêmica, que vivenciou a violência de expropriação das terras de sua etnia ainda criança, e ao migrar para a cidade de Uberlândia funda, em meados de 2006, o primeiro movimento de indígenas urbanos da região, resgata suas memórias e sua história, luta por garantia de direitos dos povos indígenas em contexto urbano, e revela a existência de diversas famílias até então esquecidas pelos livros de história.

Nessa época, Poty respondia a questionamentos quanto a legitimidade de um movimento considerado pelas instituições e sociedade civil ilegítimo, cujo imaginário então

---

<sup>1</sup> O documentário retrata a trajetória de famílias que constituíam o Movimento dos Indígenas não Aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MInA), além do processo de autorreconhecimento indígena de famílias na cidade de Uberlândia, Ituiutaba, Araguari, Araxá, Prata, entre outras. A maioria delas inseridas em condições precárias de moradia, trabalho e saúde, o documentário revela as particularidades de entrelaçamento geracional com os povos indígenas, as dificuldades de se viver nas cidades, e os objetivos de estabelecer as lutas por reconhecimento e direitos para os povos indígenas urbanos.

reproduzia acriticamente a lenda do desaparecimento dos povos indígenas da região. Contudo, a área que representa o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba foi palco de aldeias e aldeamentos construídos pela política indigenista oficial que colocaram em confluência e trocas povos indígenas de diferentes matrizes étnicas, tais como Jê, Tupi-guarani e Aruak. Segundo Mano (2022, p.180) “foi no período colonial que se intensificaram os processos de interação e intersecções com outras alteridades indígenas e não-indígenas, e desenvolveram-se processos que ligam seu passado ao seu presente indígena”. Durante o século XIX, com a expropriação de terras e a exploração indígena, os documentos oficiais, durante a segunda metade do século XIX e século XX, invisibilizaram esses povos e passaram a tratá-los como “índios misturados” ou mestiços (MANO, 2022).

Levando em consideração os índios misturados ou miscigenados, as famílias que compunham o MInA eram, em sua grande maioria, trabalhadores do meio urbano sob a ótica fatalista da vulnerabilidade social, reféns de um passado geracional/familiar marcado pela violência colonial, expropriação de terras de seus antepassados, escravização, ou jogados ao campo como trabalhadores em regime de parceria ou arrendamento de terra dos grandes proprietários, conforme demonstrado no documentário acima citado. O questionamento sobre se há povos indígenas na cidade de Uberlândia e região, ou se o movimento de indígenas urbanos é legítimo tem, notadamente, impactos para uma discussão antropológica que envolve os conceitos de identidade étnica e etnicidades. E tem, também, impactos na visão do senso comum que, quando admite a presença dos povos indígenas na região do Triângulo Mineiro, o faz a partir das representações estereotipadas de que os povos estão no passado.

Dessa maneira, termos comumente usados pelo coletivo, como “resgate indígena” ou retomada”, expressam tanto uma reintegração simbólica aos antepassados indígenas e espíritos das matas, como uma reintegração cultural ao reconfigurar, na contemporaneidade, o pertencimento étnico do passado familiar do indivíduo, apontando, inclusive, para novas formas de organizações sociais indígenas até pouco tempo desconhecidas. Além de empoderar-se e ressignificarem ritos, constituem também novas configurações de parentelas entre os povos das aldeias e povos em contextos urbanos. São esses processos que orientam as diversas etnicidades e identidades étnicas construídas ao longo da história.

Deste modo, o presente trabalho pretende descrever a história e etnicidade do Movimento dos Indígenas não aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MInA), os

marcos e os objetivos da luta indígena em contexto urbano, sua contemporaneidade que desagua na construção da OCA - Centro Cultural Indígena Aldeia Kaun Poty Guarany sob a liderança de Cacica Kawany Tupinambá, e um memorial aos anciões do coletivo.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **3. HISTÓRIA DO MOVIMENTO DOS INDIGENAS NÃO ALDEADOS DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA (MInA)**

As histórias aqui relatadas fazem parte de um compilado de documentos bibliográficos do MInA, relatos da Cacica Kawany Tupinambá, atual liderança indígena da região, e entrevista com Eliane Santos Aparecida, gestora pública, historiadora, geógrafa, e ex-coordenadora do Museu dos Povos Indígenas de Uberlândia, além de minhas experiências colhidas desde 2019, data em que entrei no coletivo indígena. O levantamento bibliográfico, do qual partiu esta pesquisa, se baseia nas pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena (GEPAEHI), vinculado ao Instituto de Ciências Sociais (INCIS) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UFU). Por meio da multidisciplinaridade entre as três áreas do conhecimento, o referido Grupo se esforça por traçar a história das ocupações e das transformações indígenas na região dos atuais sul do Goiás, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, norte de São Paulo e leste de Mato Grosso do Sul. Foi a partir das pesquisas desenvolvidas no GEPAEHI, uma delas a primeira a fazer referência à presença dos ressurgentes na região (FERREIRA FILHO; PEDROSO, 2009), que foi possível colocar como protagonistas e agentes históricos conscientes os povos indígenas da atual mesorregião do Triângulo Mineiro.

O Movimento dos Indígenas não Aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MInA) e a Associação MInA tem sua origem em 2006 pela liderança de Cacica Kaun Poty Guarany. Nessa época formaram-se laços de parentelas fronteiriços entre as cidades de Araguari, Ituiutaba, Araxá, Uberaba, dentre outras nas quais havia a presença de famílias descendentes e autodeclaradas indígenas, formando, respectivamente, um coletivo multiétnico e multiterritorial. Nesse período, surge também a Associação de Desenvolvimento e Intercâmbio Cultural Indígena da Região de Araxá (ANDAIA) sob liderança do Pajé Edson Karkará Uru Catu-Awá Araxás. Segundo Mano (2022, p. 183):

No presente, a emergência de dois movimentos indígenas que integram sujeitos e famílias que se declaram pertencentes a diferentes etnias, tais como

Kayapó, Guarani, Kadiwéu, Terena, Tupinambá, Xakriabá, Katu -Awá, Bororo, Xerente entre outras é, de novo, um contexto multiétnico.

Ao longo dos anos, outras lideranças do movimento estiveram presentes junto ao legado de Poty, tais como: a atual liderança Cacica Kawany Tupinambá, Pajé Henrique Gamarra Terena, Maria Cândida Tupinambá, sobre os quais comentarei ao longo deste trabalho.

O território atual da comunidade localiza-se na cidade de Uberlândia, no bairro Elisson Prieto, antiga ocupação Glória, local antes pertencente a Universidade Federal de Uberlândia, ocupada em 2012 por cerca de 50 famílias, parte delas integrantes do Movimento Sem Teto do Brasil (MSTB). Poty foi uma das primeiras moradoras e liderança da ocupação, viveu em uma casa simples com sua Oca ao longo de 2012 até o final de sua vida no ano de 2017. Nessa época, mudou-se também para Ituiutaba, alternando sua moradia entre as duas cidades. Era perceptível em seu olhar e fala, o amor de Poty pela Oca, pois tratava-se de uma realização sonhada por anos, dado que em algum momento de sua vida teve sua maloca queimada e depois de muito tempo conseguiu colocá-la em pé novamente, porém, em outro território. Na época da ocupação, a área ocupada pela comunidade correspondia aproximadamente a 15.000 m<sup>2</sup>, caracterizada pela casa de Poty, uma oca central destinada aos encontros, reuniões e rezas, além de outras duas ocas no fundo do terreno.



Imagem 1- OCA em meados de 2014. Fonte: “Do imaginário de 1500 a 2006: Povos de coração gigante e alma serena”

Historicamente ocorreram diversas disputas para tomada do terreno, tanto internas, quanto por parte do poder público na tentativa de reintegração de posse da ocupação, ou até mesmo do crime organizado que havia controlado algumas áreas. Contudo, Poty e Kawany, foram resistente às ameaças e conseguiram manter-se na localidade. Não obstante, em 2017, após o falecimento de Poty, a comunidade perdeu uma parte considerável de seu território, a responsável por impedir que o movimento não acabasse foi Kawany Tupinambá que se mudou para o terreno e deu continuidade ao legado de Poty.

Atualmente, após a considerável perda de metragem do terreno, sua área corresponde a 500 m<sup>2</sup>, caracterizado pela antiga casa de Poty que se tornou a cozinha comunitária do Glória sob gestão de Kawany, a OCA central e a casa de Kawany ao fundo, na qual reside ela e sua família. É válido ressaltar que somente em março de 2025 a Prefeitura de Uberlândia regularizou a ocupação, entregando dois mil títulos de posse aos moradores do antigo assentamento glória. Kawany foi uma das moradoras a receber a titularidade.

O terreno, após o falecimento de Poty, dos muitos elementos que o constitui ganharam significado simbólico para nós, como por exemplo o tronco central da OCA e as plantas. O tronco central da OCA representa a força centralizada de Poty que além de sustentar fisicamente a OCA, no campo da ancestralidade sustenta a continuidade do coletivo. O bambuzal ao lado da OCA representa a força dos encantados, nele despachamos elementos ritualísticos que serão “energizados” pela força daqueles que residem no bambuzal, a bananeira ao fundo do terreno é outra planta na qual residem outros encantados.

Os encantados são espíritos ancestrais indígenas de nossas linhagens, suas forças residem nas plantas e em locais dados como sagrados, honramos a história dos antigos nos cantos e torés nas fogueiras. Após um ritual de lua cheia com os encantados, um deles nos disse que no terreno nasceria plantas de limpeza e cura para serem utilizadas em nossos rituais, após alguns meses, surgiram plantas como: tabaco, espada de São Jorge, sálvia, rosas brancas, capins cidreiras, guiné, arruda, manjerição, alecrim, dentre outras, todas com poderes medicinais e ritualísticos de cura e defesa contra os males, e todas utilizadas em nossos rituais conduzidos por mim e Kawany. Nos rituais de lua cheia e fogueira, o maracá conduz nosso corpo e mente para outro estado, e nosso corpo é tomado pelos encantados, e quase como mensageiros, eles, nos dizem o que é necessário para a construção futura do coletivo, e defumam e “limpam” a OCA e os membros do coletivo. Outros elementos como o cachimbo, a jurema sagrada, urucum e jenipapo, que são elementos étnicos de outros povos, foram ressignificados e utilizados em nossa comunidade.

Os benzimentos com as plantas, os rezos e cânticos, a limpeza nas águas da cachoeira bom jardim, a defumação com o tabaco, a incorporação dos encantados e as memórias repassadas são algumas das características de como conduzimos eu e cacica “espiritualmente” a comunidade. Inclusive o “cargo” de Pajé dado a mim, partiu da cacica e logo após fora confirmado pelos encantados.

A produção de alimentos e de plantas medicinais através de um Centro de integração e formação cultural e linguística indígena que garantisse a revitalização de várias línguas maternas e uma economia solidária de produção da terra, foi o que Poty almejava durante sua vida, e para isso era necessária uma área maior, na qual se assentassem os indígenas, garantindo autonomia material e cultural. Dessa maneira, várias localidades foram estipuladas para esse possível aldeamento; tais como a Reserva Estadual do Pau Furado, localizado nas imediações do bairro Morumbi, o Bosque Jatobá, área da prefeitura de Uberlândia localizada no Bairro Laranjeiras, o Parque Siqueroli localizado no Bairro Jardim América. A luta por um aldeamento de terra foi o principal objetivo durante os anos do MInA; e de certa maneira isso impossibilitou que o atual terreno pudesse ser considerado como território indígena pelos órgãos indigenistas. O assentamento Glória em certo momento poderia tornar-se território indígena, contudo havia a presença de não indígenas no assentamento, e muitas forças em disputas naquele momento.

Em continuidade, ao longo do artigo abordarei as lutas do movimento pela demarcação de um território urbano multiétnico e os diálogos travados no período.



Imagem 2: OCA no período atual. Fonte: Imagem do autor.

### 3.1 Criação do MInA, “índios misturados” e etnicidades ressurgentes

A luta de Poty inicia-se nos anos 90, na época militante do Partido dos Trabalhadores, período durante o qual esteve envolvida nas discussões estratégicas e conjunturais do partido, esteve presente no orçamento participativo de 2001, através do mandato do ex-prefeito Zaire Rezende, na participação de inúmeros conselhos da saúde coletiva, educação, segurança pública, e em 2003 tornou-se membra do Conselho Municipal de Igualdade Racial do município de Uberlândia. Após a posse de Zaire, Poty, pleiteou inúmeras falas combativas na tribuna da Câmara Legislativa de Uberlândia, cidade caracterizada pelo domínio político latifundiário. Apesar de filiada ao PT, seu trabalho de militância foi solitário, pois muitas vezes se via sozinha em pautas e locais majoritariamente ocupado por homens. Além disso, com seu discurso pugnaz atraía olhares que a taxavam de radical ou de enfurecida, e as diversas tentativas de silenciá-la nunca se concretizaram, diziam a ela que deveria aceitar suas perdas e em resposta falava: *“Perder mais? Como isso é possível se meu povo já perdeu tudo”*. Diante disso, é importante ressaltar que nossa liderança foi a primeira a levantar o debate indígena na cidade, e a fundar um coletivo indígena na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Nesse mesmo período, Poty fazia parte de inúmeros movimentos ligados ao povo preto de Uberlândia, como por exemplo o Movimento Negro Unificado (MNU).

No ano de 2004, o então Museu dos Povos Indígenas, antes vinculado ao Instituto de História da UFU (INHIS-UFU), hoje sob coordenação da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC-UFU), estava sob a direção de Eliane Santos Aparecida. Naquele momento, duas estagiárias haviam comentado com Eliane sobre uma indígena da etnia guarani que estava presente nas assembleias da Câmara Municipal de Uberlândia, e a respeito de suas falas acerca da temática indígena. Nesse período, Poty já lutava pelo autorreconhecimento e resgate indígena, mas nunca possuiu voz ou apoio para retomar seu povo; até o momento em que se encontra com Eliane na UFU, e após uma manhã inteira de conversa, Poty, comentou:

Eu não quero busca pessoal ou contar minha história, eu quero ir atrás do meu povo, meu povo está aqui em Uberlândia, pois sei que tem famílias que são de aldeias descendentes diretos de povos indígenas, e algumas famílias que são do Nordeste, e eu quero resgatá-los. (trecho da entrevista concedida por Eliane Santos, 08/05/2025)

E logo em seguida ela questionava:

Para que serve o museu? O museu só é importante se ele tratar da história viva, porque se ele trata da história que é morta, vocês só mantêm a cultura que são de vocês de geração para geração, para justificar um futuro de vocês, esse legado é carregado como uma mochila. (trecho da entrevista concedida por Eliane Santos, 08/05/2025)

Tal encontro fez com que Eliane brilhasse seus olhos e abraçasse o projeto, iniciando o que ela considera ser a “história de nós duas juntas”, e a partir do legado de Poty iniciaram uma parceria. No primeiro momento o mapeamento era essencial para a construção da luta, e Eliane leva essa demanda para o Instituto de História; contudo, tem como resposta: *“qual a necessidade desse trabalho se eles são indígenas como nós e você”*. Tal fala remete a mestiçagem e aculturação ainda impregnada nos discursos teóricos-acadêmicos da época, e Eliane responde: *“Eu estou falando de um movimento real de indígenas urbanos que vivem nas periferias, mas que mantém as tradições na culinária, nas roupas e nos rituais próprios de cada família”* (trecho da entrevista concedida por Eliane Santos, 08/05/2025).

A partir disso, teve apoio somente da PROEXC- UFU dando início a um trabalho de mobilização solitária entre Eliane e Poty, mapeando e recolhendo dados de diversas famílias indígenas em várias cidades do Triângulo Mineiro, sendo a primeira família mapeada a de Kawany Tupinambá, e logo em seguida de Maria Cândida Tupinambá, residentes, respectivamente, dos bairros Dom Almir e São Jorge na cidade de Uberlândia. De cada família que era mapeada havia indicações de outras famílias e assim por diante; e na medida em que o trabalho avançava informalmente, foi coletada a informação de que havia uma média de 56 famílias indígenas de diversas etnias na região. O trabalho de coleta durou em torno de 2 anos, e no ano de 2006, Poty e as famílias mapeadas se organizaram coletivamente e criaram a Associação do Movimento dos Indígenas não Aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que veio a ser registrada somente em 2008.

Poty e Eliane, ao percorrerem várias cidades da região mapeando e catalogando famílias de “índios misturados”<sup>2</sup> com o objetivo inicial de resgatar e provar suas existências na região. A princípio enfrentaram o encargo de legitimar a luta de indígenas que até então acreditava-se que foram exterminados pela violência colonial, ou que, a partir das relações interétnicas criadas, foram incorporados ao campesinato como trabalhadores rurais e posteriormente urbanos. Dessa maneira, o MInA configura-se, inicialmente, pela etnogênese dada na ressurgência desses povos, não somente de uma etnia, mas de várias, sejam pelas pessoas vindas de aldeias que retomavam as posses de seu passado étnico, ou das famílias

---

<sup>2</sup> O termo “índios misturados” aborda a problematização do contato como resultado da perda da identidade étnica indígena. Pacheco de Oliveira (1998) argumenta que o termo “mistura” foi estrategicamente usado para negar a indianidade do território brasileiro.



cidadinas mapeadas que tiveram seu direito à memória destruído pela colonização, mas que sustentaram em suas histórias e ideais a certeza de serem descendentes de indígenas e, que, portanto, são igualmente indígenas. Bartolomé (2006) já apontava grupos ressurgentes com aspectos culturais diferenciadores compreendidos e oriundos do processo teorizado como etnogêneses, concomitantemente sua obra *“As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político”* é publicada no mesmo período de insurgência do MinA.

O primeiro objetivo do movimento encontra-se com um movimento nacional de ressurgências dos povos indígenas, reafirmando suas identidades e recriando organizações que representem seus interesses, conforme descrito por Luciano (2006, p. 23). Portanto, no MinA havia o resgate, reinvenções de tradições e aspectos simbólicos, ao mesmo tempo que concebiam suas cosmopolíticas e cosmovisões ao se organizarem coletivamente para fazer a política dos indígenas com o objetivo de garantir seus direitos, sendo primordial o direito à terra.

Há de se ponderar as similaridades do MinA com os indígenas do Nordeste, descrito por Pacheco de Oliveira(1998), visto que o processo de etnicidade e ressurgimento dos povos do Nordeste assenta o desafio de “reestabelecer os territórios indígenas, promovendo a retirada dos não índios das áreas indígenas, desnaturalizando a “mistura” como única via de sobrevivência e cidadania” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p. 53). Dessa maneira, ao presumir a estruturação de uma “inédita” coletividade indígena representada em uma associação, junto ao planejamento de conquista de terra para assentar os “novos” indígenas o MinA concebe, respectivamente, o efeito de uma territorialização em andamento, caracterizada por uma manifestação política, social, cultural e histórica peculiar ao movimento e à região. Como demonstrado por Pacheco de Oliveira (1998, p. 55):

A noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.

Desnaturalizar a “mistura” e conceber novos aspectos de cosmovisões de uma coletividade dada como apagada, formada por trabalhadores nos quais a mestiçagem, como ferramenta política, apagou os direitos à memória de parentes e ancestrais, inverte a lógica do pardo/mestiço/caboclo para a lógica de que somos indígenas e reivindicamos nossa memória e legado nas páginas da história que ainda está sendo escrita. Dessa maneira, sujeitos considerados como pardos/mestiços/caboclos, representantes da parcela majoritária da população brasileira, que passam a se auto reconhecerem como indígenas, compondo um

coletivo indígena urbano, não recuperam suas raízes, mas as recriam como partes de uma memória coletiva e familiar que em algum momento foi interrompida violentamente; constroem cosmovisões; rebrotam não identidades de um passado, mas etnicidades de um futuro e, com isso, operam a inversão da lógica da mestiçagem no Brasil. Em face disso, suas origens e experiências individuais, juntamente com a trajetória histórica de seus antepassados, corroboram para a reemergência étnica e a reorganização social indígena.

Assim, Poty inaugura um sexto regime de alteridade dos indígenas do Brasil, pois são os indígenas da cidade, que ressurgem e requerem seus direitos, apagando a mestiçagem e rebuscando a “originalidade” para a política dos indígenas. Faço uma analogia aos regimes de alteridades propostos por João Pacheco de Oliveira em sua obra *“O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades”*, e a formação cosmopolítica de Poty ao negar a situação da “mestiçagem” e iniciar um dos primeiros movimentos indígenas urbanos de Minas Gerais. Esse sexto regime, é um “braço” do quinto regime de alteridade proposto pelo autor, possível somente a partir do ponto no qual levantes indígenas nacionais requerem a garantia de seus direitos na Constituição de 1988.

Assim sendo, e de acordo com Pacheco de Oliveira (2016), o primeiro regime de alteridade indígena foi construído durante o início do período colonial e representava as nações indígenas como coletividades que oscilavam ora com a imagem de fidalguia e cordialidade do “bom selvagem”, ora com a imagem de ferocidade e canibalismo do “mau selvagem”. O segundo opunha o indígena colonial amigo ao indígena bravo, representado na oposição criada entre Tupi x Tapuia. O terceiro regime, criado pelo indigenismo romântico do século XIX, representava o indígena numa distância temporal, um indígena que, embora marcasse a particularidade da criação do Brasil e do povo brasileiro, ficou no passado, e cujo modelo, parece-nos, foi reeditado até pouco tempo atrás na historiografia memorialista e na antropologia do Triângulo Mineiro. O quarto regime proposto por Pacheco de Oliveira, é o indigenismo republicano, cuja representação de um indígena tradicional, etnificado e puro se fazia em uma distância espacial, modelo que não apenas justificou o paternalismo e a tutela dos órgãos indigenistas oficiais (SPI e FUNAI), como nos parece ter obstruído o entendimento pelo senso comum e pelas instituições oficiais, da existência legítima de indígenas em contexto urbano. Finalmente, o quinto regime, resultado da organização dos movimentos indígenas, assume o protagonismo desses povos como sujeitos históricos e políticos conscientes, detentores de direitos que se consolidam, ao menos juridicamente, na Constituição de 1988.

Nessa perspectiva, como desdobramento desse último regime, sugiro então um sexto, que consiste no conceito de “resgate indígena” em território urbano, ou seja, uma “volta” da identidade étnica indígena concebida por indivíduos que possuem um passado familiar indígena, e que em certo momento passam a se autoidentificarem como indígenas. Tal fenômeno é constatado no aumento da população indígena não nas aldeias ou em terras demarcadas, mas sim nas cidades, pois segundo os dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 60% da população indígena está nas cidades, obviamente há de se imaginar que isso é uma consequência da violência de expropriação de terras contra os indígenas, mas, por outro lado, uma das perguntas trazidas no censo foi: “você se autoidentifica como indígena?”, e essa pergunta abriu espaços para indivíduos residentes nas cidades poderem se autoidentificarem. Dessa maneira, possuo duas considerações acerca desse sexto regime. Primeiro o fato de que considero oportuno a troca do termo “resgate” pelo da “reafirmação”, pois o termo “resgate” traz uma conotação do indígena do passado, enquanto a “reafirmação” impele o sentido de algo que sempre esteve ali presente. Em segundo lugar, essa reafirmação somente é possível quando se dá em âmbito coletivo, ou seja, quando sujeitos que reafirmam sua identidade indígena passam a ser membros de comunidades indígenas, e estão na linha de frente da luta indígena, ou que em algum momento saíram de seus territórios. É válido ressaltar que é a comunidade, coletividade ou a territorialidade que definem o que é ser indígena, afinal, já ouvi de muitos parentes aldeados de que os indígenas de “resgate” são oportunistas e querem se aproveitar dos direitos das cotas em concursos públicos e vestibulares. Esse sexto regime que proponho parte de uma análise da conjuntura atual dos diversos movimentos indígenas nacionais, do MInA e dos dados apontados pelo Censo 2022 do IBGE.

### **3.2 MInA de 2006 a 2017**

Ainda no ano de 2004, Poty participou da IV Conferência Nacional de Saúde Indígena, na qual foi reconhecida como Cacique por inúmeras lideranças indígenas aldeadas, iniciando seu legado como liderança indígena. Sem dúvida, esse foi um importante passo de reconhecimento de sua luta pelas diversas etnias e por vias institucionais. Candidatou-se a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores, com o objetivo de dar visibilidade a causa indígena; contudo, não conseguiu se eleger naquele ano. Orientou palestras nas escolas municipais de Uberlândia, com o objetivo de combater o imaginário do indígena de 1500, principalmente nos meses de abril, em que conjunturalmente as escolas ressaltavam a presença personificada e estereotipada do indígena, representada nos cocares de papel e performances do “índio do passado”. Nos anos seguintes participou de inúmeros eventos em parceria com o Museu do

índio e PROEXC, como por exemplo o Encontro Nacional de Educação, Saúde e Culturas Populares (ENESCPop).

Do ano de 2006 a 2008, após todo o trabalho de mapeamento, tornou-se necessário fundar formalmente o movimento por meio da criação da Associação MInA, delimitando os objetivos e lutas a serem seguidas adiante. O art. 5 do estatuto da associação, inicialmente, havia como eixos principais:

Buscar condições para assegurar os direitos dos indígenas não aldeados quanto a saúde, segurança alimentar, educação, igualdade no acesso a ensino superior, moradia, à territorialidade urbana, o direito a assento aos Conselhos de órgãos gestores do patrimônio cultural indígena, direito a patente de produções científicas, culturais, artísticas e manifestações culturais;

Criar formas de cooperação com as universidades, os poderes públicos, escolas secundaristas, sindicatos, sociedades organizadas;

Criação de um Centro de Formação Cultural e Geração de Trabalho e Renda, a fim de abrigar o inventário permanente dos indígenas não aldeados, a capacitação, o cultivo de alimentos, plantas, sementes, grãos, a produção de artesanato, a investigação e preparação de medicamentos de plantas medicinais, o ensino de línguas indígenas, a preservação de manifestações culturais, para a revitalização cultural dos descendentes indígenas que vivem em áreas urbanas e rurais, com Sede em Uberlândia;

Promover ações educativas multiculturais e multidisciplinares visando a troca de conhecimentos entre os indígenas de Uberlândia e região e outros seguimentos, movimentos sociais e instituições de ensino, contribuindo assim, na formação de multiplicadores sobre a etnologia indígena brasileira

Estimular e fomentar a criação de um Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os descendentes dos povos indígenas da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Desenvolver programas de educação cultural, através de ações de ensino-aprendizagem para a conscientização de educadores e alunos sobre a importância da preservação do meio ambiente e a proteção feita pelos indígenas não aldeados do meio em que vivem

Inventariar indígenas com descendência de até 4ª geração da Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com a finalidade de realização de laudos antropológicos e encaminhamentos à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para legalização de seu reconhecimento étnico.

Fomentar a Criação de Aldeias indígenas a serem formadas em áreas urbanas, rurais e imediações dos municípios que compõem a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba a fim de assegurar a sustentabilidade dos indígenas não aldeados;

Desenvolver ações que articulem a educação formal e o ensino empírico sobre as culturas indígenas dos povos da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, de maneira a garantir a legitimidade da oralidade de seus ensinamentos como forma de tradição cultural.

O direito ao autorreconhecimento e à memória indígena, presença da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, e a conquista de uma aldeia urbana multiétnica na cidade de Uberlândia que garantisse saúde, renda e educação, e a formação de um centro cultural, permeavam uma relação imbricada entre aldeia e cidade, inaugurando novos caminhos culturais e sociais de um aldeamento no qual a “cultura” cidadina estaria presente. Essa aldeia urbana tinha como objetivo cumprir a função social da terra, assentar os indígenas urbanos, e produzir renda para as famílias através do artesanato e plantios. Nesse período, a regra estatutária era a aldeia com áreas coletivas para produção de plantios e a promoção de um centro cultural para fomento de línguas e educação indígena.

Foram encaminhados diversos diálogos com o município, Estado e FUNAI, pois havia a promessa do município de doação de diversos territórios que seriam concedidos após a homologação do reconhecimento indígena pelo órgão. Não obstante, e mediante o trabalho da Dicult-UFU que resultou no documentário *“Do imaginário de 1500 a 2006: Povos de coração gigante e alma serena”* em que novamente essas famílias foram revisitadas, entrevistadas e traçadas suas origens, e formalmente foram mapeadas através de formulários encaminhados anos depois para a FUNAI de Governador Valadares para o reconhecimento étnico da região, tal trabalho de comunicação com o órgão para a concessão de terra aconteceu concretamente somente no ano de 2012 em diante.

De 2004 até meados de 2008, insurge a presença do Pajé Henrique Gamarra Terena, Cacique Edson Karkará Catu-Awá Araxás e Macsuara Kadiweu. Karkará funda na cidade de Araxá a associação ANDAIA (Associação de Desenvolvimento e Intercâmbio Cultural Indígena da Região de Araxá), pertencentes a etnia Catu-Awá Araxás, iniciando, portanto, a junção das duas associações representando os povos indígenas da região, contando como cacique chefe Poty.

É válido ressaltar o papel primordial da parentela no contexto urbano, não somente no que se refere a construção coletiva da luta, mas também de cosmovisões transmitidas na presença de forças coletivas humanas e não-humanas, que influenciam condutas, sentidos, comunicações e reaprendizados essenciais para a unicidade de nossos povos: pois das diferenças étnicas brotam singularidades de parentes guiados por lideranças e pelos antigos espíritos.

Outros parentes necessários na construção do movimento foram: Luiz Tupinambá, Carlinhos, Cacique William, Erê, Guaraci Pataxó, Sebastião, os filhos e filhas de Cacica

Kawany Tupinambá e Maria Cândida Tupinambá, Luiz Salvador, Juliana Tupinambá, Juarez Tupinambá, Sônia, dentre vários outros.



Imagem 3: Da esquerda para a direita, Luiz, Maria Cândida, Carlinhos, Juliana, William, Erê, Kawany, Guaraci, Sebastião e Argemiro. Fonte: Facebook

Em 2008, o MInA foi constituído no cartório de Ituiutaba, e Poty mudou-se para lá junto com Henrique Terena. Durante esse período houve uma perda na atuação das famílias em razão da distância, e Eliane já havia saído da direção do Museu do Índio. Iniciando um trabalho a dois, entre Poty e Henrique, mudando a forma de condução do coletivo, concentrando-se em palestras e congressos, elaboração das garrafadas de ervas medicinais, e continuidade da luta na cidade de Ituiutaba.



Imagem 4: Cacica Poty e Pajé Henrique na Câmara Municipal de Ituiutaba. Fonte: Youtube “Índios Lecionando” TV Universitária

Ainda por volta de 2012, por motivos particulares, Poty retorna para Uberlândia e ocupa o terreno na ocupação Glória estabelecendo o território do movimento, essencial para o coletivo transformar-se na medida que é circundado por uma territorialidade. Passam a ter um espaço físico e simbólico, delimitam um território étnico, e a luta ganha coesão. O contexto multiétnico infere-se nos diferentes tipos de simbologias étnico-culturais presentes nas distintas origens de cada parente, como por exemplo a prática do toré presente desde 2016 em nossa comunidade.



Imagem 5: Toré do MInA. Fonte: Youtube – “Índios lecionando” - TV Universitária



Outro projeto após a criação da Associação MInA, foi o “Índios Lecionando”, com parceria do INCIS-UFU, PROEXC-UFU e escolas municipais, no qual objetivava o ensino indígena nas escolas da cidade de Uberlândia e Ituiutaba por meio dos próprios indígenas, ancorada na Lei nº 11.645/2008 que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na rede de ensino. Poty, Henrique Gamarra, Maria Cândida Tupinambá e Kawany Tupinambá combatiam a ideia do indígena selvagem, além de exporem artesanatos, cerâmicas e pinturas indígenas, esse projeto foi fundamental para cessar os estereótipos abordados historicamente acerca dos povos indígenas e demonstrar a presença deles no município, um exemplo disso é quando Poty em seu tom desafiador perguntava aos alunos: “*quem descobriu o Brasil?*” Eles respondiam: “*Pedro Alvares Cabral*”, logo em seguida ela respondia: “*seus professores são mentirosos, o Brasil não foi descoberto e sim invadido*”(trecho de entrevista concedida por Eliane Santos , 08/05/2025).



Imagem 6 – Poty abraçada junto a dois alunos do ensino municipal de Uberlândia. Fonte: Youtube - “Índios lecionando” - TV Universitária

O MInA, no contexto no qual estava inserido, representava um grande passo ao coletivo na medida que passaram a ganhar vozes nas escolas, universidades, prefeitura, na mídia local e em congressos, suas reivindicações passaram a atrair olhares e apoios de parentes de outros territórios e de não-indígenas.



Nesse período, a UFU ainda estava bastante integrada com as comunidades e sociedade civil, planejava-se um grande projeto, subdivididos em outros pequenos, por exemplo a continuidade do ensino indígena e de línguas, projetos acerca de ervas medicinais, e a volta de uma imensa coletividade de indígenas para a ocupação de um território. Produz-se uma iniciativa que abria espaço de interlocuções entre a História e memória indígena, Etnologia e Arqueologia, com a presença indígena em reemergência. Orientou-se um princípio da teoria nativa do nativo, afinal o trabalho acadêmico da Etnologia indígena passou a ter como porta voz indígenas vivos, antes presos no passado de uma história morta.

Não obstante, Poty e Pajé Terena, ao ter acessos a artefatos indígenas oriundos da Arqueologia, diziam ser pertencentes à memória da comunidade, independente da origem étnica, pois ali habitavam pedaços de cerâmica “morta” que compunham a “viva” história de um movimento em construção. O movimento não estava colocado, hipoteticamente, com o objetivo de ser tutelado, mas sim como um instrumento coletivo de saberes nos quais as universidades e institutos como o INCIS e INHIS trabalhavam em conjunto.

Foi possível a conquista do apoio de diversos setores da sociedade civil e instituições como o Instituto de Ciências Sociais (INCIS-UFU) na figura do Prof. Dr. Marcel Mano, PROEXC-UFU e ESAJUP-UFU na figura da Prof. Dra. Neiva Flávia, apoio da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, Movimentos Sindicais como da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (ADUFU), figuras políticas da época do Partido dos Trabalhadores, e pelo Movimento Sem Terra (MST).

Em consequência, no ano de 2015, com o apoio de antropólogos, historiadores e estudantes do Grupo de Estudos em Etnologia e História Indígena do INCIS - UFU, foi realizada a 1ª Pré-conferência Regional de Política Indigenista do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba na UFU. Dela participaram oitenta e cinco indígenas de diversas etnias como: Kadweu, Tupinambá, Guarani, Kayapó Meridional, Katu-awá, Kaxinawá, Terena - que vivem nos municípios de Araxá, Ituiutaba, Prata e Uberlândia; estudantes; pesquisadores e representantes de entidades que apoiavam o movimento. O evento foi dividido em eixos temáticos e objetivos como: Territorialidade e Direito Territorial dos Povos Indígenas; Autodeterminação, Participação Social e Direito à Escuta; Desenvolvimento Sustentável de Terras e Povos Indígenas; Direitos Individuais e Coletivos dos Povos Indígenas; Diversidade Cultural e Pluralidade Étnica no Brasil; Direito à Memória e à Verdade.



Imagem 7: Parte externa do Folder da 1ª Pré-Conferência Regional de Política Indigenista do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Fonte: Universidade Federal de Uberlândia

Nessa conferência foram elencados novos objetivos em diálogo com órgãos federais, estaduais e municipais, além de novas formas de condução do movimento, no qual o coletivo passou a ganhar notoriedade no debate público.

Esse momento foi ápice do movimento quanto a quantidade de famílias que passaram a compô-lo. Entre várias etnias e regiões do Brasil, conseguiam unir, por um momento, força coletiva de apoio a liderança de Poty e para concretização dos objetivos e eixos temáticos estipulados na conferência.

	Programação:	Comissão Organizadora:
<p>A 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista foi convocada pelo Decreto Presidencial de 24 de julho de 2014.</p> <p>A Conferência Nacional será presidida pelo Ministro de Estado da Justiça e, em sua ausência, pelo Presidente da Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI, sendo a sua organização coordenada pelo Ministério da Justiça e pela Fundação Nacional do Índio, em conjunto com os representantes dos povos indígenas e com os órgãos e entidades governamentais e não governamentais que compõem a Comissão Nacional de Política Indigenista.</p> <p><b>Objetivos</b></p> <p>I - Avaliar a ação indigenista do Estado brasileiro;</p> <p>II - Reafirmar as garantias reconhecidas aos povos indígenas no país;</p> <p>III - Propor diretrizes para a construção e a consolidação da política nacional indigenista.</p> <p><b>Eixos Temáticos</b></p> <p>I - Territorialidade e o direito dos povos indígenas;</p> <p>II - Autodeterminação, participação social e o direito à consulta;</p> <p>III - Desenvolvimento sustentável de terras e povos indígenas;</p> <p>IV - Direitos individuais e coletivos dos povos indígenas;</p> <p>V - Diversidade cultural e pluralidade étnica no Brasil;</p> <p>VI - Direito à Memória e a Verdade.</p>	<p>8h – Momento Cultural.</p> <p>8h30 - Credenciamento.</p> <p>9h - Abertura Oficial:</p> <p>Execução do Hino Nacional Brasileiro na língua Tupi Guarani.</p> <p>9h30 - Projeção do vídeo de apresentação da 1ª Conferência Nacional dos Povos Indígenas, com Sônia Guajajara.</p> <p>10h - Acordo de convivência.</p> <p>10h30 - Palestra com o Professor Dr. Marcel Mano (A Política indigenista no Brasil entre a tutela imposta e a autonomia reivindicada).</p> <p>11h10 - Debate e esclarecimentos.</p> <p>12h - Intervalo.</p> <p>13h30 - Grupos de Trabalho por Eixo Temático.</p> <p>16h - Plenária de aprovação das propostas dos Grupos de Trabalho.</p> <p>17h - Escolhas dos Convidados para a Etapa Regional da 1ª CNPI.</p> <p>17h30 – Lanche.</p> <p>18h - Encerramento.</p>	<p><i>Comissão Organizadora:</i></p> <p>Prof. Dr. Aurélio José Femeira Filho (FACIP-UFU)</p> <p>Cacique Edson Adolfo Kikunã-Uru (Andaraí)</p> <p>Cacique Kaun Poty Guarani (MhA)</p> <p>Prof. Dr. Diego Soares Silveira (INCIS-UFU)</p> <p>Edelson Pereira de Silva (MhA)</p> <p>Erika de Freitas Avelos (Grupo de Estudos em Etnologia e História Indígena – INCIS)</p> <p>Joana Darc de Castro - Dra Joarinha (MhA)</p> <p>José Divino de Melo (FETAEMG)</p> <p>Juliana Mota Diniz (Grupo de Estudos em Etnologia e História Indígena – INCIS)</p> <p>Leila Femeira de Razezde (Grupo de Estudos em Etnologia e História Indígena e Ass. Pomer)</p> <p>Silven Jamel Pires de Moura (Grupo de Estudos em Etnologia e História Indígena – INCIS)</p> <p>Maria Cláudia da Costa Tupenambá (MhA)</p> <p>Profª Dra. Marli Peres Junqueira (INCIS-UFU)</p> <p>Pajé Henrique Gomara Terena (MhA)</p> <p>Révercy Cristina de Souza Silva (Grupo de Estudos em Etnologia e História Indígena – INCIS)</p> <p>Prof. Dr. Marcel Mano (INCIS-UFU)</p> <p>Tayná Bonfim Mazzei Mazza (Grupo de Estudos em Etnologia e História Indígena – INCIS)</p> <p>Vanilde Francisco da Silva (Andaraí)</p> <p>William Henrique Soares Antonio (Estagiário do INCIS)</p>

Imagem 8 – Parte interna do Folder com Eixos temáticos e objetivos da 1ª Pré-conferência Regional de Política Indigenista do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Fonte: Universidade Federal de Uberlândia

O período entre os anos de 2016 e 2017 foi delicado na vida pessoal de Poty e no contexto organizacional do coletivo. Em alguns momentos, dada a concepção multiétnica do movimento surgiam certos desgastes entre os parentes e suas famílias presentes, pois começava a aparecer, durante esse período, diferenças étnicas de realização ou idealização do movimento, e alguns membros passam a requisitar uma liderança multiétnica além de Poty. Ocorreram disputas pelo cargo de cacique, e isso afetou-a integralmente.

O movimento desgastava-se mesmo diante de tantos avanços, a exemplo do dossiê da Funai já havia sido encaminhado para Brasília para reconhecimento étnico dos parentes. De acordo com Eliane, Poty, passou por um momento no qual suas forças desvaneceram, e em certos momentos ela dava indícios de se preparar para sua passagem para o grande rio.

Até que no dia 17 de maio de 2017, Poty faz sua passagem em consequência de um acidente vascular cerebral (AVC), e deixa uma carta escrita à mão desejando que seu legado de liderança fosse passado para Kawany Tupinambá, sua filha de coração e alma.

### **3.3 Kawany Tupinambá , contemporaneidade e rizomas**

Kawany Tupinambá, Maria de Lourdes Lima Rocha, nasceu em Missão Velha – CE, e em razão do fatídico falecimento de seu pai e de sua mãe ter sido vendida para trabalhar em fazendas na região de Goiás, fora criada por sua avó e avô. No sertão nordestino aprendeu a andar nas matas, caçar e plantar com seu avô Cândido, exímio curandeiro e conhecedor das matas.



Imagem 9: Cacica Kawany Tupinambá. Fonte: Arquivo pessoal

No final da década de 1980 veio para Uberlândia, local no qual sua mãe residia, afim de conhecê-la e conseguir melhores condições de vida. Na época, mãe solo, sofreu muito para

cuidar de seus cinco filhos. Na década de 1990 mudou-se o antigo assentamento, Dom Almir, atual bairro Residencial Integração e, nesse período, muitas famílias, entre as quais a de Kawany, ocuparam o local e se juntaram para evitar a reintegração de posse. Sempre ativa politicamente em pautas como alimentação e moradia digna, foi figura essencial para a construção do Bairro Dom Almir.

Ao conhecer Poty, integrou-se rapidamente ao coletivo, junto a sua irmã Maria Cândida. É válido ressaltar que a família de ambas negaram suas origens indígenas por medo de serem perseguidos no sertão nordestino, não à toa que a nomenclatura “caboclo” era amplamente utilizada na região como forma de apagamento. Diante disso, as duas irmãs viram no movimento uma oportunidade de continuidade de suas raízes. Lutaram ao lado de Poty durante anos até a data de seu falecimento.

A carta deixada por Poty após sua morte, chegara nas mãos de Kawany de uma forma desafiadora, pois a mesma nem imaginava que Poty a havia declarado como filha e sucessora. Por um momento, sem saber o que fazer, mudou-se do Dom Almir para o Glória, “retomando o legado de Poty” como ela diz, e ao chegar na Oca, percebeu que um dos membros do movimento havia vendido grande parte do terreno e dos itens pessoais de Poty. Visto, ela o impediu e salvou o “restante” da história que estava sendo desfeita. Nesse processo de venda perdemos grande parte do território e adornos de valor simbólico, cultural e espiritual pertencentes a Poty. Foi um momento de rompimento de grandes proporções no coletivo, pois grande parte das conquistas até então alcançadas pelo legado de Poty foram ameaçadas.

Sob essas constantes ameaças, Kawany, conseguiu resistir e lutar para dar sequência ao MInA, e diante de sua notável força caminhou em vários momentos sozinha, para honrar a história de Poty. Como Kawany diz: *“Um guerreiro nunca foge da luta, nem que caia, mas ele levanta na frente, então se ela aceitou eu como uma guerreira, como filha dela, eu quero levar adiante, só mesmo o grande rio pra me tirar dessa história.”* (TUPINAMBA; ALVES; JUNQUEIRA, 2018, p. 206)

Muitas famílias afastaram-se do movimento após o falecimento de Poty. Kawany e Maria Cândida continuaram a luta em conjunto até o momento em que Maria Cândida começa a ficar doente. Nesse período, o parente Iago Caubi e Raoni a auxiliava junto com alguns discentes das Artes visuais, além do apoio de mulheres de luta do COMN e SOS mulheres. O legado era transmitido na presença de inúmeros eventos e palestras guiados pela nossa liderança.



Foi no ano de 2019 que tive o prazer de conhecer a Cacica Kawany por meio de uma de suas palestras no Fórum.doc. Recém chegado no curso de Ciências Sociais, tive com ela uma conversa de minutos, e naquela ocasião ela me abordou com o seguinte questionamento: “você é indígena?”, minha resposta toda embaralhada foi: “tenho descendência”, e a partir dali minha história pessoal mudou completamente. Entre os anos de 2019 e 2022, após um longo período de pandemia, o movimento foi levado entre mim, Cacica e Juarez. Em nossas conversas particulares pensávamos de que maneira poderíamos reerguer o movimento, voltar as famílias, resgatar novamente nosso povo, parecia até mesmo que estávamos no mesmo ponto em que Poty se encontrara em 2004.

No ano de 2020, Cacica Kawany, coordena a cozinha comunitária do Glória, e durante a pandemia serve as famílias carentes junto com outras voluntárias. São diversas as profissões que Kawany exerceu durante a sua vida, uma delas é o artesanato e a produção de comidas típicas de origem indígena e nordestina. Mas uma em particular merece reconhecimento, não é uma profissão, mas um “dom”, o benzimento. São várias as histórias de pessoas que a procuraram pedindo cura e ela os atendeu sem cobrar absolutamente nenhum valor de troca. A mesma diz que é um “dom” que os encantados e seu avô lhe deram

Entre 2023 e 2024, na região da Cachoeira Bom Jardim, banhada pelo Rio Uberabinha, foi nos revelado pelos encantados que o território do MInA seria a Aldeia Kaun Poty, povos de Yberaba, e que o Centro de formação seria OCA – Centro Cultural Indígena Cacica Kaun Poty Guarani. Ademais, a aliança entre os povos do Triângulo Mineiro retornaria para cumprir e honrar o sangue e suor daqueles que lutaram por suas terras e direitos, entre eles nossa encantada Poty e Cândido, avô de Kawany. Inclusive, foi nessa mesma cachoeira que no ano de 2022 um dos nossos encantados se revelou a nós através de meu corpo. Atualmente, os guerreiros e guerreiras: Kuarasy, Verônica, Isadora, Juliana, Itanatiara, Yulnak, Brena, Stephanny, junto a mim e cacica continuamos o legado de Poty, e ainda lutamos pelo reconhecimento étnico e territorial de nossa comunidade.

Por fim, Viveiros de Castro (2006) em seu texto: “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é” possui como orientação a seguinte pergunta: “quem é indígena no Brasil?” em seguida em um de seus argumentos expõe:

[...] (qualquer coletivo) começar a se chamar de índio, isso pode vir a prejudicar os “próprios” índios. A condição de indígena, condição jurídica e ideológica, pode vir a “perder o sentido”. Esse é um medo inteiramente legítimo. Não compartilho dele, mas o acho inteiramente legítimo, natural, compreensível, como acho legítimo, natural etc. o medo de assombração. Enfim... O raciocínio é: se, de repente, nós tivermos que “reconhecer como tal” toda comunidade que se reivindica como indígena perante os distribuidores autorizados de identidade (o Estado), aí quem vai acabar se dando mal são os Yanomami, os Tukano, os Xavante, todos os “índios de verdade”. Poderá haver uma desvalorização da noção de índio. Se, antes, ser índio custava caro (para evocar um artigo pioneiro de Roberto DaMatta:

“Quanto custa ser índio no Brasil?”), e custava caro, é claro, para quem o era, hoje ser índio estaria ficando barato demais. Agora é fácil ser índio; basta dizer... E daí ninguém, principalmente o Estado, vai acabar comprando essa.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2006, p.7)

A respeito de sua argumentação e sua correspondência com os movimentos indígenas ressurgentes, estaríamos passando por uma nova conceituação do ser indígena? Os movimentos ressurgentes atrapalham os “indígenas de verdade” que geralmente estão em suas terras e mantiveram, mesmo diante de tantas expropriações, sua conexão com a língua materna e com os antigos? Esses movimentos ressurgentes diferenciados dentro da sociedade civil, caso não sejam indígenas, são o que? Tais perguntas orientam não somente um debate atual na Antropologia, mas também os próprios indígenas ou aqueles que se autodeclaram como indígenas, seja por uma afinidade étnica, familiar, ancestral ou histórica. Se antigamente custava caro ser indígena, atualmente qualquer um pode ser “indígena”, e tais debates são relevantes, e portanto, continuarão como “fantasmas” do debate étnico no Brasil. Não podemos ignorar a dinamicidade da cultura, e sua correlação com as particularidades de seres que habitam a terra, que constantemente refazem sua relação com ela. Portanto, pode-se levar em consideração o “indígena” genérico nesse debate; mas sem desconsiderar as particularidades do indígena na contemporaneidade, as páginas desse capítulo levantaram outras perguntas e respostas a serem alteadas no futuro.

Posto isso, ao longo do texto utilizei em diversos momentos a palavra “coletivo” ou “comunidade” e, neste caso particular, defino o termo como a ligação de sujeitos em torno de uma luta ou figura histórica, em disputa de signos e territórios, possível no embricamento entre materialidade e a síntese de símbolos. Correlato aos temas de comunidade étnica e etnogênese, o termo coletivo foi e é aqui tomado no sentido de um grupo de pessoas que buscam, por meio de símbolos e histórias compartilhadas (de ancestralidade indígena), traçar projetos políticos comuns. Neste caminho, e em relação aos indígenas em contexto urbano no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Poty é a raiz, e nós somos os troncos que permitirão o surgimento das folhas, flores e frutos, submetidos às estações do ano, com a possibilidade do surgimento de mudas.

Não estamos em retomada ou resgate, o coletivo indígena do Triângulo Mineiro em seus diferentes contextos representa um levante legítimo que ocorreu há 20 anos atrás, e que segue o legado deixado por Poty. Nossos objetivos são os mesmos estipulados pelo MInA, afinal, mesmo depois de 20 anos muitos dos objetivos ainda não foram alcançados. Juntos, tentamos reunir novamente os parentes de outras cidades para somar forças e garantir nosso aldeamento e direitos aos povos indígenas citadinos.

## 4. MEMÓRIAS

### 4.1 Henrique Terena



Imagem 10: Pajé Henrique Terena. Fonte: Facebook

Henrique Gamarra Terena, oriundo de território indígena Terena na região de Campo Grande – MT, quando adulto mudou-se para a cidade de Ituiutaba, sendo conhecido como “Márcio boiadeiro”. Curandeiro e raizeiro, participou ativamente com Poty na elaboração de garrafadas e remédios medicinais (como se observa na imagem), feiras de artesanato, e em assembleias e congressos. Infelizmente, em decorrência de um infarto veio a falecer no dia 25 de fevereiro de 2024, na cidade de Ituiutaba.



### 4.3 Maria Cândida Tupinambá



Imagem 11: Maria Cândida Tupinambá. Fonte : Arquivo pessoal

Maria Cândida Tupinambá, nascida em Missão Velha – CE, é irmã mais velha de Kawany Tupinambá, e as duas mudaram-se para a cidade de Uberlândia em períodos distintos. Cândida, Kawany e suas famílias, representavam as duas maiores famílias do coletivo, sendo as primeiras mulheres a integrarem o movimento.

Cândida possuía formas de conexão não-humanas impressionantes, sua força ecoava em seus cânticos e em sua voz, como a exemplo de uma de suas composições:

“Quando , quando o índio chora  
 Quando , quando o índio chora  
 Ele chora pela devastação da natureza  
 Ele chora pela devastação das matas  
 Os olhos do índio, jorram como a cachoeira  
 Os olhos do índio , jorram como a cachoeira

A cachoeira que corre para os rios  
 Os rios que correm para o mar  
 Aê, Aê , Aa...” (Cândida Tupinambá)

Cândida faz sua passagem para o grande rio no dia 23 de janeiro de 2025, em razão de complicações de saúde.

#### 4.4 Kaun Poty Guarany



Imagem 12: Cacica Kaun Poty Guarani. Fonte: Facebook

Poty nasceu em 27 de setembro de 1950 em Sete lagoas-MG, filha de roceiros arrendatários da região rural da cidade, aos cinco anos de idade teve sua maloca queimada, após fazendeiros colocarem fogo na comunidade em que viviam. Ela, sua mãe e seus dois irmãos fugiram pela mata, porém ao longo de dias perdeu-se de seus parentes ficando sozinha na mata, até o momento que foi encontrada quase morta ao lado de um mosteiro por um padre. Ela foi cuidada por esse padre até seus 12 anos, mas posteriormente foi entregue a uma família adotiva.

Segundo os próprios relatos de Poty sua mãe adotiva esfregou-a durante minutos com querosene para “desencardir” sua pele escura, visto que não havia espaço de coexistir uma pequena criança de cabelos lisos e pele escura. Foram várias tardes e noites em que subia nas árvores para evitar os abusos e violências experienciadas quando criança. Aos 16 anos, casou-se com um rapaz oriundo de família rica, contudo seu relacionamento durou cerca de 8 meses.

Aos dezessete anos, andando em uma área de mata da região de Sete Lagoas, teve seu primeiro contato não-humano com um encantado da floresta, na qual visualizou seu pertencimento étnico e a origem indígena de sua família. A ligação de Poty com a espiritualidade era imensa, era como se tivesse um livro em sua cabeça, mesmo sem alfabetização. Poty reencontra seus irmãos na cidade de Patos de Minas, local que conheceu seu ex- marido aos 25 anos, casando novamente e mudando para a cidade de Uberlândia. Residiu no bairro Santa Mônica e exerceu a profissão de cabelereira. Ao longo de sua luta, questionava os abusos e o fato de nunca ter tido assinatura em sua carteira de trabalho, pois passou por vários subempregos para garantir sua sobrevivência.

Ao chegar em Uberlândia confrontou-se com suas memórias, e com seu sentimento de pertencimento étnico, que a guiou pelas lutas constantes que foram travadas até o fim de sua vida. Contudo, durante anos negou seu pertencimento indígena, ao mesmo tempo que se reconhecia negra e, por isso, participou de diversos movimentos de negritude de Uberlândia e se incorporou a maioria dos movimentos negros de Uberlândia.

Suas falas de sabedoria eram essenciais para a construção de um espaço sensível e de respeito, seu conhecimento advinha de um livro “ancestral” escrito a partir de suas vivências, com uma vida simples, porém transparente, não havia dinheiro guardado no banco ou posses, em seu coração guiava somente o sentimento de pertencimento e de construção coletiva. Em seus amuletos escondia segredos e uma espécie de energia espiritual e ancestral que a fortalecia, além de seu cajado que lhe dava suporte e proteção. Percussora e fundadora, inaugurou um dos primeiros registros de uma mulher que ocupa o cargo de cacique, abrindo caminhos para uma diversidade étnica e sociocultural nunca vista antes na região. Mesmo não alfabetizada, em seus discursos transbordavam lições de sabedoria e construção democrática, levando a sinceridade, humildade e a autoridade para dizer não a àquilo que considerava errado.

Sua força vinha da mata, dos troncos, folhas e da terra, para ela quando se perdeu na mata, foi a mata que a puxou para dentro como forma de ensinamento. Sua espiritualidade era bastante presente em suas rezas de permissões, agradecimento, abertura e proteção, seus adornos em sua cabeça e pescoço a fortaleciam diariamente. Sempre ao adentrar em algum local pedia autorização aos seus ancestrais. Em situações de “guerra”, fazia um ciclo ritualístico de sete dias para concentrar sua espiritualidade para batalhas, essas “guerras” eram momentos delicados de sua vida pessoal ou do coletivo. Na realidade, a vida pessoal de Poty era o próprio movimento indígena, sua individualidade era escrita na coletividade.

Exímia poeta, havia cadernos de poemas de sua autoria, que infelizmente perderam-se. Na práxis política destacava-se com seus discursos críticos e de ótima análise conjuntural, seu notório conhecimento político lhe proporcionava honrarias no Partido dos Trabalhadores e irritação para seus opositores. Chegava e saía de vários locais, e exigia respeito à sua história e de seu povo quando tentavam fechar as portas ao apresentar suas demandas. Ao mesmo tempo em que era inflexível, era também conciliadora, tal fato se dá no curioso caso das conversas e negociações que havia com o ex-prefeito latifundiário do município de Uberlândia acerca da demarcação de terra e presença indígena. Em sua sabedoria, que adiantava uma antropologia reversa, disse mais de uma vez ao Marcel Mano (fala constantemente lembrada por ele) que estava na UFU não para ser estudada, mas que queria ela estudar a eles, antropólogos.

Suas dores, lamentações e traumas, a faziam ser essa figura memorável e de força admirável, contudo acumularam-se em seu corpo durante anos, apesar das conquistas coletivas, em suas costas levava muito sofrimento que o movimento a causou. O fardo pesado de reerguer uma história até então esquecida nas bandas do interior de Minas Gerais culminou em um AVC que a deixa em coma durante dez dias, e infelizmente falece no dia 17 de maio de 2017.

Parafraseando Eliane, figura de suma importância ao movimento, o MInA, “*nada até morrer na praia*”, pois estavam a um passo da conquista do reconhecimento étnico da Funai, e posteriormente a concessão de terra.

Poty, ao longo de sua vida teve vários abortos, contudo deixou sua filha de alma e coração, Kawany Tupinambá, para continuar seu legado. Hoje ela é encantada e mora em nossas memórias que transgredirão as futuras gerações. Seu espírito nos acompanha e fortalece o coletivo que está de pé e permanecerá.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho parte de um apanhado de memórias do passado, mas que estão ainda presentes e vivas. Quando Poty diz que a história dos povos indígenas ainda estava sendo escrita, ela referia-se não somente a uma perspectiva nacional, mas em particular ao coletivo que ela havia originado. Em suma, ela constituiu um movimento em seu tempo presente, mas que ficaria para as futuras gerações; e da mesma maneira é o pensamento de Kawany. Mais do que recuperar fragmentos de um passado interrompido pela violência colonial, o legado de Cacica Poty, de Kawany Tupinambá, de Maria Cândida e de tantos outros e outras que fizeram parte do MInA, como disse ao longo do trabalho, recria raízes de um futuro presente. Como demonstrado, a emergência do movimento se insere em um processo mais amplo de ressurgências indígenas no Brasil, nos quais a memória, o autorreconhecimento e a territorialização constituem elementos centrais de reafirmação da identidade étnica e da etnologia brasileira acerca da contemporaneidade indígena nacional.

O imbricamento entre eu ser o pesquisador, e de certa forma o próprio objeto de pesquisa, em um primeiro momento me assustava, sempre me via em questão desde do ano de 2019: eu pertenço a esse lugar? De tal forma o trabalho representa-se como um imbricamento metodológico de autoetnografia e etnografia em casa (BARRETO, 2022)

E após longos anos construindo o movimento ao lado de Cacica Kawany, percebi que na realidade não fui eu quem entrei no movimento, mas o movimento que entrou em minha vida, mesmo diante de tantos questionamentos de pertencimento, parece que meu lugar nessa história já estava guardado. Essa reelaboração cultural ou ressurgências como citado ao longo do texto, geralmente passam despercebidos ao olhar do Antropólogo iniciante, isso se dá pelo fato de que ele também está inserido nessas reelaborações.

Contar essas memórias é me ver no processo histórico e pensar que o MInA inscreve a presença indígena no espaço urbano do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba e que contribui para desconstruir narrativas hegemônicas que indicavam os povos indígenas da região como exterminados

O movimento, por se tratar de um processo vivo, não se encerra nesse trabalho, das muitas pedras que Poty catou ao longo de seu caminho, outras virão.

## 6. REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

MInA – Estatuto da Associação do Movimento dos Indígenas não Aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 2008

PROEXC/UFU – Projeto Índios Lecionando. Pró-reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia (Registro 9923 – Coordenação Marcel Mano; Kaun Poty Guarani e Henrique Terena). 2012.

MInA; INCIS/UFU – Relatório da 1ª Pré-Conferência Regional de Política Indigenista do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Universidade Federal de Uberlândia. 2015

DICULT-UFU - Do imaginário de 1500 a 2006: Povos de coração gigante e alma serena. 2008

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, J. R. R. Uküsse [recurso eletrônico]: formas de conhecimento nas artes do diálogo tukano. Florianópolis. Editora da UFSC, 2022. E-book (PDF). Disponível em: <https://doi.org/10.5007/978-65-5805-061-2ISBN 978-65-5805-061-2>. Acesso em: 20/09/2025

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. *As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político*. Mana, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006.

FERREIRA FILHO, Aurelino José; PEDROSO, Leonardo Batista. *Famílias indígenas não aldeadas urbanas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Revista *Em Extensão*, Uberlândia, v. 9, n. 2, p. 36-41, jul./dez. 2010.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. 233 p. (Coleção Educação para Todos; Série Vias dos Saberes, n. 1). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>. Acesso em: 01/07/2025

MANO, Marcel. Contatos e intersecções culturais numa área de fronteira: passado e presente Indígena no Triângulo Mineiro. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, Goiânia, Brasil, v. 20, n. 1, p. 170–189, 2022. DOI: 10.18224/hab.v20i1.12271. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/12271>. Acesso em: 01/07/2025

PACHECO DE OLIVEIRA, João . *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Contracapa, Rio de Janeiro, 2016.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, abr. 1998.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Global Editora, 1970.

ISA - Instituto Socioambiental. Nota - Morre Henrique Gamarra, popular indígena da Feira da Junqueira em Ituiutaba. Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/morre-henrique-gamarra-popular-indigena-da-feira-da-junqueira-de-ituiutaba> . Acesso em: [06/08/2025]

TUPINAMBÁ, Cacique Kawany Lourdes; ALVES, Daniella Santos; JUNQUEIRA, Gabriela Gonçalves. *Tomando posse da história: o legado de resistência da cacique Kawany Lourdes Tupinambá*. Revista *Ñanduty*, Dourados, v. 6, n. 9, p. 189-209, 2018. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/nanduty/article/view/9527>. Acesso em: [06/08/2025].

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é*. 2006. Disponível em: :

[https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB\\_institucional/No\\_Brasil\\_todo\\_mundo\\_%C3%A9\\_%C3%ADndio.pdf](https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf). Acesso : [17/09/2025]